

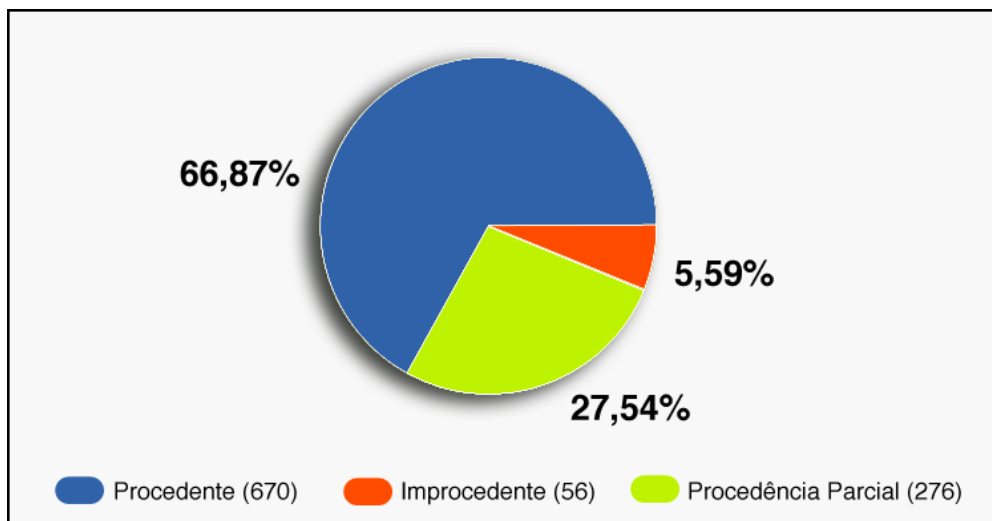
Conselho de Contribuintes divulga resultados dos trabalhos desenvolvidos em 2016

O Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais (CC/MG) fechou o ano de 2016 com um total de 1.946 PTAs pautados e apreciados pelas Câmaras de Julgamento e Câmara Especial, representando o expressivo montante de R\$ 6,45 bilhões. A quantidade de PTAs incluídos em pauta de julgamento foi cerca de 15% superior à média dos três últimos anos (1.705), e o valor do crédito tributário neles lançado aumentou 33%, na comparação com a média dos períodos (R\$ 4,84 bilhões).

Ano	PTAS Pautados	Valor (R\$)	Decisões com Acórdão	Diligências, interlocutórios, perícias	Outras Situações(*)
2016	1.946	6.451.722.447,23	1.356	276	314

* Outras situações representam os processos que saíram em extrapauta ou vista e anulação de decisão.

Quanto aos lançamentos fiscais, que configuram 90% dos PTAs julgados pelo órgão, o perfil das decisões definitivas foi o seguinte:



Com referência ao tempo médio de tramitação processual no âmbito do CC/MG, a despeito da paralisação das atividades de outubro do ano anterior a fevereiro de 2016, com conseqüente aumento do estoque inicial de processos para julgamento, os dados trimestrais demonstram a progressiva redução do prazo, em dias, a partir do segundo semestre de 2016, conforme tabela abaixo.

Ano	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
2015	130,52	141,93	119,5	152,2
2016	174,43	210,18	158,38	143,72

Em número de dias, calculado com base no percentil 95.

Transparência

No intuito de ampliar a transparência das decisões administrativas, propiciando maior conhecimento da sociedade sobre a dinâmica dos julgamentos, sobre o papel do órgão e da Secretaria de Fazenda, o Conselho promoveu Câmaras de Julgamento itinerante e transmitiu julgamentos por videoconferência ao longo de todo o ano.

Foram realizados dez eventos, atingindo um público de 719 pessoas. Segundo avaliação do próprio corpo de servidores da SEF, esses julgamentos descentralizados têm importante papel orientativo e contribuem para a melhoria do trabalho fiscal.

Câmaras de Julgamento itinerantes e videoconferências em 2016

Data	Câmara	Tipo	Local	Público
19/04	3ª	Videoconferência	SRF/Varginha	25
27/04	2ª	Videoconferência	SRF/Varginha	35
28/04	1ª	Itinerante	IBMEC	61
18/08	1ª	Itinerante	Newton Paiva	155
23/08	3ª	Videoconferência	Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga	63
21/09	2ª	Itinerante	Auditório da SRH	30
20/10	3ª	Itinerante	FAMIG	140
26/10	2ª	Videoconferência	SRF/Uberaba	19
27/10	1ª	Itinerante	PUC - Coração Eucarístico	152
22/11	1ª	Videoconferência	SRF/Montes Claros	39

Total: 719

E além de ampliar a transparência em sua atuação, o Conselho tem buscado propiciar maior qualificação aos seus servidores, por meio do programa de multiplicação do conhecimento, existente desde 2008, que tem como objetivo a troca de experiências e conhecimentos entre os servidores do órgão e/ou da SEF.

Em 2016 foram realizados dois eventos com esse caráter, que contaram com a participação de todos os servidores do CC/MG. O primeiro encontro, com o tema “Carga Tributária: Por que e para que?”, foi conduzido pelo conselheiro Marco Túlio da Silva, e o segundo, com o tema “O IVA no mundo e o ICMS: uma análise comparativa”, foi conduzido pelo presidente Manoel Nazareno Procópio de Moura Júnior.

No dia 27 de junho de 2016, o CC/MG promoveu o “VI Seminário de Direito Tributário”, no auditório do BDMG, que contou com um público de aproximadamente 200 pessoas. Participaram do evento, o secretário de Fazenda, José Afonso Bicalho, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dyogo Henrique de Oliveira, o professor-doutor de direito tributário, Valter de Souza Lobato, o subadvogado geral do Estado de Minas Gerais, Marcelo Pádua Cavalcanti, o consultor econômico e ex-secretário de Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Raul Velloso, e o consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ex-secretário de Fazenda do Pará, José Barroso Tostes Neto.



Balanço positivo

Segundo avaliação do presidente do Conselho, Manoel Nazareno Procópio de Moura Júnior, os resultados foram bastante satisfatórios, com destaque para o número de processos julgados e para o percentual de pagamento/parcelamento na fase administrativa, que atingiu 32% dos PTAs definitivamente julgados pela procedência total ou parcial do lançamento, demonstrando o reconhecimento da sociedade quanto às decisões do órgão.

De todo modo, em que pesem os avanços já obtidos, a atuação moderna e inovadora do CC/MG e a constante busca pelo conhecimento das demandas da sociedade, há espaço para ampliação do uso da tecnologia na prestação dos serviços, o que ocorrerá com a implantação do projeto “PTA Eletrônico”, bem como do Domicílio Eletrônico.

Essas novas ferramentas resultarão em avanços fundamentais no tocante à economia, segurança e agilidade do processo.

“A busca pela transparência dos julgamentos é um valor permanente, razão pela qual o Conselho de Contribuintes está procurando viabilizar a solução de transmissão das sessões de julgamento via internet (Youtube), medida que irá assegurar a todos os interessados (contribuintes, servidores fiscais, órgãos de controle e sociedade em geral) a possibilidade de acompanhar, seja em tempo real ou em momento posterior, a íntegra dos debates e das decisões proferidas”, afirma Manoel Júnior.

Com essas inovações, o presidente do Conselho afirma que Estado de Minas Gerais estará inaugurando um novo marco no Brasil em matéria de julgamento do contencioso administrativo, harmonizando-se com as legítimas demandas em favor da plena transparência na prestação do serviço público.

Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais

ccmgassessoria@fazenda.mg.gov.br